

DISLEXIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL AUSÊNCIA DE DIAGNÓSTICO PRECOCE E SUA IMPLICAÇÃO NA APRENDIZAGEM

Rossandra Oliveira Maria da Silva¹
PMCG/PB
rossandra.oliveira@hotmail.com

Gilvania Wanderley de Andrade Ribeiro²
PMCG/PB
gil-jesusristo@hotmail.com

RESUMO

Ao compreender que o processo de aprendizagem é de fundamental importância na formação do indivíduo tornando-o um ser crítico e participativo da sociedade. Este trabalho tem como objetivo analisar o problema da Dislexia e suas implicações na aprendizagem, especialmente na educação infantil. Para tanto, buscamos compreender o contexto educacional, a contribuição do Psicopedagogo neste processo. Lançando mão da pesquisa bibliográfica, os resultados apresentados nos surpreende por constatarmos que a teoria diverge, substancialmente, do conceito dado pelo senso comum, desmistificando o indivíduo disléxico com um ser desprovido de inteligência. A dislexia aqui é compreendida como um transtorno e não como uma enfermidade, desta forma a participação do Psicopedagogo é de imensurável importância no processo de ensino aprendizagem. Diante desta pesquisa podemos entender por que diagnóstico deste transtorno é comprovado tardiamente muitas vezes depois de provar danos que poderiam ser evitados. A observação das ações e comportamento da criança e o trabalho cooperativo de uma equipe multidisciplinar é primordial no trato com o indivíduo disléxico. A Dislexia não interfere apenas no processo de aquisição da linguagem, mas também afeta o indivíduo em outros aspectos, seja emocional e/ou social, desta forma consideramos relevante a nossa contribuição com este estudo, em que buscamos apontar possibilidades de aprimoramento no processo de ensino aprendizagem não somente a este, mas também na formação humana do indivíduo disléxico.

Palavras-chave: Dislexia; Psicopedagogo; Educação.

INTRODUÇÃO

No processo de ensino aprendizagem muitos fatores podem contribuir ou dificultar todo seu desenvolvimento. Sabemos que desde o início da história o Sistema Educacional apresenta

¹ Pedagoga (UNINTER), Licenciada em Biologia (UVA), Especialista em Psicopedagogia (FIP), Saúde Pública (UNIPÊ), Gerente em Vigilância Ambiental em Saúde (PMCG/PB), Orientadora Educacional do Berçário Doce Infância.

² Pedagoga, com formação em Pré escola pela UEPB, Psicóloga Clínica pela UEPB, especialização pela UFPB em Educação Infantil. Atualmente atua como professora da Sala de Recursos Multifuncionais da PMCG/PB.

uma dinâmica que visa buscar uma melhor formação educacional, mesmo que indiretamente apresente interesses políticos e econômicos. A partir desta observação surge a inquietação de identificar a concepção da Educação Infantil no país, princípio de toda formação, buscando compreender que aspectos além do estrutural, podem comprometer o processo de ensino aprendizagem. Assim, nos debruçamos a compreender sobre a Dislexia e seu diagnóstico e suas implicações na aprendizagem, por considerar está um elementos de grande relevância neste processo.

Desta forma, iremos observar que a educação infantil e o primeiro contato da criança com a escola, onde através de estímulos a um desenvolvimento de habilidades físicas e motoras, local onde ocorre a primeira interação nas relações sociais afetivas, momentos que se aflora as primeiras dificuldades de aprendizagem, em que dependendo da forma a ser trabalhada influenciara na vida educacional da criança. Assim, pretendemos compreender a Dislexia não como uma doença, mas uma perturbação da aprendizagem, onde se estima que 15% da população mundial sofre deste transtorno, porém pouco conhecida por pais e professores. Entendemos que crianças disléxicas são considerados maus leitores, porém desenvolvem a competência da leitura mesmo que deficitária por apresentarem dificuldades de compreensão, Diante de tal situação podem se tornar agressivas e antissocial devido a frustração da não aprender de maneira satisfatória. Ainda observamos que todos tem problemas de discalculia por não compreenderem as enunciados das questões, trocam grafia de letras, confundem letras com grafias similares, no entanto apresentam grande potenciais em outros áreas, devendo ser visto como seres únicos na sua forma de aprender e viver.

Voltamos nossa atenção a temática da Dislexia, uma vez que observamos em estudos bibliográficas, que um grande número de crianças são rotuladas, no meio em que vivem, como indivíduos incapazes de adquirir ou desenvolver conhecimento. Estes julgamentos são feitos sem nenhuma comprovação de um profissional, assim transtornos como a dislexia deixam de ser diagnosticados e tratados. Desta forma se faz necessário através de pesquisas e comprovações a quebra de paradigmas, levando o esclarecimento de que todos somos seres únicos com capacidades e especificidades únicas.

A proposta de analisar a dislexia e suas implicações na aprendizagem foi fomentada a partir do conhecimento de estudos, que comprovam o quanto esta pode contribuir negativamente no desenvolvimento intelectual de um indivíduo, mas que muitas vezes passa despercebido nas relações sociais, familiares e educacionais. Tendo como norte o estudo da fonoaudióloga Rejane Rubino, onde ela aponta que a dislexia chega a atingir 15% da população, porém continua desconhecida por pais e professores, vimos que a autora não determina que a

falta deste conhecimento não está intimamente relacionada ao indivíduo disléxico, mas a inobservância no comportamento deste, por parte dos pais, professores e demais comunicantes constantes. Para tanto a fonoaudióloga relata que os disléxicos podem apresentar inteligência acima da média de um indivíduo sem distúrbios, como exemplos podemos citar grandes nomes de personagens conhecidos mundialmente, que era disléxicos como: Albert Einstein, Thomas Edsom, Walt Disney e Agata Criste. Ainda temos como aporte teórico Claudino Pilleti, Nelson Pilleti, Cátia Cilene da Silveira Titoni, Vitor da Fonseca, Nathalia Fernanda Ribeiro dos Santos, Jaime Luís Zorzi, Sylvia Maria Ciasca.

CAMINHOS PERCORRIDOS

O presente estudo será desenvolvido seguindo uma metodologia com abordagem bibliográfica-qualitativa. A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A Dislexia quando considerada como um transtorno intelectual deixa de apresentar um conceito que marginalizava um indivíduo disléxico, que vivia a margem da sociedade como um ser incapaz. Partindo da pesquisa bibliográfica, em que compreendemos a Dislexia não mais com uma doença e considerando os estudos bibliográficos já realizados nos surge uma inquietante indagação: Como a Dislexia é vista diante do processo de aprendizagem e as implicações que ela proporciona na educação infantil, considerando a ausência de um diagnóstico precoce?

EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS EXPECTATIVAS

Considerando o contexto histórico educacional no Brasil, vemos que por muito tempo a Educação Infantil era responsabilidade unicamente da família, esta situação delimitava o processo educacional, uma vez que apenas as famílias com maior poder econômico tinham condições de oferecer educação a seus filhos. Diante deste cenário, em 1875 surge o primeiro Jardim de Infância particular no Brasil, fundado por Menezes Vieira no Rio de Janeiro. Embora Meneses e, posteriormente, Rui Barbosa já compartilhasse da ideia de uma escola oferecida de forma harmônica as crianças, mas só no período republicano que se encontra registros de creches públicas no país. O primeiro Jardim de Infância público é datado de 1896 na cidade de São Paulo e em 1899 é fundado o IPAI - RJ (Instituto de proteção e assistência à infância do Rio de Janeiro).

Segundo Santo (2010), em seu trabalho intitulado “Como se deu o percurso da educação infantil no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX?”, aborda que

“A questão da educação infantil veio a ser discutida com maior ênfase no 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, onde foi divulgado um levantamento do número de creches e jardins de infância sendo um total de 30 em 1921. Na estatística realizada para o segundo congresso (1924) encontravam-se 47 creches e 42 jardins, mas, infelizmente este congresso nem chegou a ocorrer”.

Diante deste contexto é importante observarmos que com a Constituição de 1946 se reestabelece no país o regime democrático, embora de maneira restrita, considerado uma democracia limitada, mas que em comparação ao regime do Estado Novo e da Ditadura, podemos dizer que vivíamos uma “democracia”. Com isso a educação apresentou avanços, antes direcionada a rede privada, a classe mais favorecida, passa a ser agora um direito de todos, em que a escola primária será obrigatória e gratuita, além do direito da assistência aos estudantes também a gratuidade aos níveis superiores aos que comprovassem a falta ou insuficiência de meio que garantissem a continuidade dos estudos.

Outro fator importante a ser considerado é que visando a ampliação e a melhoria da Educação muitas lutas foram travadas e foi com a Lei 4.024 de dezembro de 1961, a primeira Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, que se observa grandes avanços, embora que desde 1948, o projeto desta lei já era motivo de discussão no Congresso Nacional. Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de 1961 já determinava alguns fins da educação nacional, dentre eles citamos:

“Compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família, e dos demais grupo que compõem a sociedade; o desenvolvimento integral da personalidade humana e sua participação na obra do bem comum; o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitem utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio” (Piletti, 2016, p.195)

Cabe ressaltar que após a promulgação desta lei, muitas discussões e mudanças ocorreram em torno do cenário educacional, se fazendo necessário a surgimento de uma nova lei, a LDB de 20 de dezembro de 1996, como a Lei nº 9394/96, com esta vieram muitas inovações quanto a estrutura, a conteúdos curriculares e outras, a exemplo da inserção da educação especial, que no artigo 58 da referida lei traz que a educação escolar é preferencialmente oferecida na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais e no seu artigo 59 assegura-lhes:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental [...]
- III – Professores com especializações adequadas [...]
- IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade [...]
- V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Como se pode observar o panorama da educação nacional passa por mudanças significativas ao longo do tempo e com isso vemos que com a Constituição de 1988, este panorama toma outro rumo, em que a Educação Infantil passa a ser parte integrante dos Sistemas Educacionais, no entanto, esta realidade só ocorre com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, oito anos após, onde a Educação Infantil começa a ser encarada como parte do Sistema Educacional Brasileiro. De acordo com esta Lei, o Ensino Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Esta é oferecida em creches e pré-escolas, segundo regras preestabelecidas nesta mesma Lei. O mesmo ocorre com o ensino fundamental e médio.

Vimos que foi um longo caminho percorrido pela Educação, não apenas a Infantil, até chegar a estrutura que apresenta nos dias atuais, mas não podemos negar que muito ainda precisa ser feito dentro da conjuntura de ensino, para que se possa alcançar o objetivo de uma formação educacional de um indivíduo crítico e atuante na sociedade. No entanto não observamos dificuldades apenas no Sistema de Ensino, mas também temos o conhecimento de uma série de problemas inter-relacionados com o próprio indivíduo, que pode acarretar em um

déficit educacional, que abrange todo processo de ensino-aprendizagem. Aqui citamos a problemática a Dislexia e suas Complicações no Processo de Aprendizagem.

O QUE NOS DIZ A PSICOPEDAGOGIA

A Psicopedagogia está além da junção da pedagogia e psicologia que verificam as questões que possam estar principiando a aprendizagem, mas assegura métodos e instrumentos, apontando fatores que favorece, interfere e promovam o desenvolvimento da aprendizagem. De acordo com o código de ética do Psicopedagogo em seu artigo primeiro vemos que a “Psicopedagogia é um campo de atuação em Educação e Saúde que se ocupa do processo de aprendizagem considerando o sujeito, a família, a escola, a sociedade e o contexto sócio histórico”. Assim, prática pedagógica/psicopedagógica está voltada para a maneira interdisciplinar, pesquisando a organização das condições de aprendizagem, de maneira agregada em conformidade com o conhecimento dos alunos. Por essa razão, no momento atual a psicopedagogia tem buscado ampliar um campo de pensamento específico focado numa prática exclusivamente educacional, trabalhando sobre a aprendizagem, seus problemas e transtornos, no que lhe diz respeito podem ser reparáveis e prevenidos. Para Rubinstein,

“Num primeiro, momento a psicopedagogia esteve voltada para a busca e o desenvolvimento de metodologias que melhor entendessem aos portadores de dificuldades, tendo como objetivo fazer a reeducação ou a remediação e desta forma promover o desaparecimento do sintoma”. E ainda, “a partir do momento em que o foco de atenção passa a ser a compreensão do processo de aprendizagem e a relação que o aprendiz estabelece com a mesma, o objeto da psicopedagogia passa a ser mais abrangente: a metodologia é metodologia é apenas um aspecto no processo terapêutico, e o principal objetivo é a investigação de etiologia da dificuldade de aprendizagem, bem como a compreensão do processamento da aprendizagem considerando todas as variáveis que intervêm neste processo” (1992, p. 103).

A Psicopedagogia aponta métodos aptos de interceder na conexão que o indivíduo aprendem-te determina com outros indivíduos e com o meio, com o propósito de encontrar definição e explicação na maneira de aprender. Advertindo que esse indivíduo nutre influência conforme sua situação social e cultural.

Partindo do princípio da conexão entre Psicologia e pedagogia, esta atividade está centrada tanto na saúde, como na educação apontando incluir as estruturas do aprendizado humano.

“Um espaço importante de gestação do saber psicopedagógico é o trabalho de autoanálise das próprias dificuldades e possibilidades no aprender, pois a formação do psicopedagogo, assim como requer a transmissão de conhecimentos e teorias,

também requer um espaço para a construção de um olhar e uma escuta psicopedagógicos a partir de uma análise de seu próprio aprender” (Fernández, 1990, p. 130).

A Psicopedagogia tem o propósito de determinar a área de atuação, explicar o instrumento de estudo, sendo assim explora tanto a área de saúde como a área de educação: Psicologia, Psicanálise, Linguística, Fonoaudiologia, Medicina e Pedagogia. De acordo com o exposto, alguns autores pretendem dar subsídio na composição de tentar definir a Psicopedagogia como expõe Maria M. Neves,

“Falar sobre psicopedagogia é necessariamente, falar sobre a articulação entre educação e psicologia, articulação essa que desafia estudiosos e práticos dessas duas áreas. Embora quase sempre presente no relato de inúmeros trabalhos científicos que tratam principalmente dos problemas ligados à aprendizagem, o termo psicopedagogia não consegue adquirir clareza na sua dimensão conceitual” (1992, p.10).

A aprendizagem simula a prática subjetiva de cada aprendente e tem intensa influência no falar das veemências do organismo, do corpo, do desejo e da inteligência. As atuações como ensinantes necessitam analisar tais influências, reunindo-se na procura pelas mudanças. A aprendizagem é probabilidade, mas sem o anseio não se transforma em oportunidade. Novas atitudes e ações são exigidas envolvendo o espaço e tempo da escola como encorajamento onde, o aprendente possa transformar-se e libertar sua capacidade, experimentando ricos conhecimentos com os elementos que interage. Cada ensinante pode estabelecer em suas ações de ensinagem em ambientes de segurança, confiabilidade e inclusão, onde o ensinante tenha o prazer de repassar para os aprendentes as experiências vividas, buscando a criatividade para o compartilhamento.

De acordo com o estudado entendemos que, estados emocionais graves, depressivos e ansiedade intervêm no processo de aprendizagem, entre outras deficiências, mas a psicopedagogia aponta que a criança não é culpada, ou que exista culpado, mais sim, colocar essa criança para interagir com os demais.

Na avaliação, promoção/retenção do aluno, diversos aspectos estão “envolvidos”, desde os aspectos socioafetivos (estabilidade emocional, interação com o grupo-classe, autonomia) até os aspectos cognitivos, referentes a avanços possíveis que ocorreram e os que poderiam ter ocorrido, mas que por alguma inadequação (familiar/escolar) não puderam ser assegurados. A partir disso, a retenção do aluno poderá vir a ser necessária, visando garantir-lhe melhores condições gerais para seguir no curso da aprendizagem.

Em respeito aos diferentes níveis de aprendizagem dos alunos, em função da natural, diversidade existente em cada grupo-classe, adaptamos, sempre que necessário, tanto as metas de aprendizagem definidas para cada etapa, quanto o grau de dificuldade e/ou de abrangência das propostas avaliativas, de modo a cobrar de cada aluno (a), o que ele (a) tem reais condições/possibilidades de aprender.

Deste modo compreende-se a necessidade do psicopedagogo no contexto escolar, já que sua função é ponderar e apontar os fatores que favorecem, interferem ou afetam uma boa aprendizagem em uma instituição.

Diante do exposto podemos afirmar que a participação do psicopedagogo no processo de aprendizagem de uma criança com dislexia é de fundamental importância, este profissional estará incluindo na equipe multidisciplinar indispensável para promoção do desenvolvimento escolar de um indivíduo disléxico.

Conhecendo a Dislexia

Sabemos que a palavra Dislexia tem sua origem no grego, Dys- pobre e lexia- linguagem, aqui temos a definição literal para dislexia- linguagem pobre. Assim, ela não deve ser considerada uma enfermidade, nem incapacidade intelectual de um indivíduo, assim entendemos que ela está relacionada a uma dificuldade no processo de aprendizagem direcionada tanto à escrita, quanto a leitura. Desta forma, o processo de ensino-aprendizagem, em que o indivíduo disléxico está inserido é um critério a ser observado, uma vez, que se faz necessário condições pedagógicas suficientes, onde não ocorra a dispedagogia. De acordo com Foncesa (2009), “a dislexia pode ser manifestar no indivíduo ao longo da vida, independentemente de adequada oportunidade de aprendizagem, e da sua intrínseca integridade sensorial, mental, motora e comportamental”.

Embora exista a possibilidade de diferentes problemas, como o distúrbio de aprendizagem e hiperatividade, déficit de atenção etc, no processo ensino-aprendizagem a maioria dos estudos se voltam para a Dislexia. Desta forma entendemos a relevância de um diagnóstico em tempo hábil, para que se possa tratar e planejar as práticas educativas de acordo com a necessidades específicas de cada indivíduo.

Para Rubino (2008) diante dos mais distintos conceitos atribuídos a Dislexia, através dos meios de comunicação, cito: televisão, jornal impresso por meio de entrevistas com estudiosos da área, reportagem etc., a definição e a caracterização suficientemente precisas para

a Dislexia, estão muito distante de concretiza-se. Para tanto a autora menciona estudiosos como Sales, Parenti Machado (2004), em que apontam que

“A definição do conceito de dislexia talvez seja um dos aspectos mais controversos da área. São tantas as nomenclaturas propostas e descrições das características das crianças, que fica difícil saber quando nos referimos à mesma síndrome e quando tratarmos de quadros diferentes.” (p.112)

E Hout (2001) que considerando essa diversidade de definições referentes a dislexia o mais relevante debate acerca do assunto continua sendo sua definição, sua existência. Diante disso, a autora se volta a necessidade de se focalizar o conceito de dislexia e o modo como este vem sendo articulado no campo das dificuldades de aprendizagem, instigando desta forma a reflexão sobre as posições que este discurso provoca em referência ao fenômeno dos fracassos na aquisição da leitura e da escrita. Ao citar Pinheiro (1995), Rubino mostra que o processo de aquisição da leitura desenvolvido pela criança pode ser afetado por diversos fatores com causas específicas ou não, tendo origem mental, física, emocional, cultural, socioeconômica e educacional, onde ele considera que as crianças com qualquer desses fatores podem desenvolver a aquisição da habilidade de leitura, com exceção as portadoras de deficiência mental severa, fato este não está relacionado com a dislexia. O autor mencionado nos mostra que dentre as causas não específicas, as que mais interferem e são mais recorrentes na aquisição da leitura são as de ordem emocional e social.

As crianças disléxicas estão inseridas no grupo de indivíduos que embora apresentem todas as condições necessárias para o bom desempenho na aquisição da leitura, não conseguem desenvolvê-la. Assim são consideradas crianças com dificuldade específicas na leitura (DEL), levando em consideração fatores como capacidade intelectual, oportunidades educacionais e ausência de problemas neurológicos, físicos ou emocionais sérios. Rubino (2008), ainda apresenta a seguinte afirmação de um conceito em que se entende

“Que a dislexia, diferentemente do que o termo sugeriria, não é um conceito que nomeia ou descreve uma dificuldade na leitura. Trata se antes de um conceito que recorta o conjunto particular de condições sob as quais, em determinados casos, se observa a dificuldade na leitura”. (p.87)

A associação dos indivíduos disléxicos aos grupos dos maus leitores tem como referência uma teoria implícita que trata os disléxicos como um grupo menor de indivíduos neurológica e cognitivamente distintos, inseridos no grupo maior, os dos maus leitores. Esta teoria apresenta relação com as primeiras descrições de casos de dislexia, datada no final do século XIX, realizada pelo neurologista W. Pringle Morgan, publicada no British Medical

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

jornal, em 1896, após a descrição de um paciente disléxico que apresentava dificuldade de leitura, no entanto desenvolvia com maestria a leitura dos números e a resolução de exercícios aritméticos, assim o médico dá um diagnóstico que ele chama de cegueira verbal. Considerando os primeiros casos relatados de dislexia, entendemos que por muito tempo os indivíduos disléxicos foram compreendidos como maus leitores de inteligência elevada, o que os tornavam um grupo cognitiva e neurologicamente diferente.

Rubino (2008), traz um conceito em termos práticos em que a dislexia está veiculada a ideia de que uma criança disléxica é um indivíduo de grande potencial intelectual, mas com uma inabilidade congênita que faz dele um mal leitor. Já Titoni (2010) aponta que a dislexia é um transtorno de base neurológica que não possuem um tratamento que venha sanar definitivamente tal necessidade e que também, um indivíduo disléxico apresenta outras limitações, além da dificuldade de leitura e escrita, entre elas citamos: assimilar conhecimento de direcionalidade (esquerdo, direito), administração do tempo e dificuldade de memorização por curto ou longo prazo

DIAGNÓSTICO, IMPLICAÇÃO NA APRENDIZAGEM E TRATAMENTO

O Diagnóstico da dislexia ocorre muitas vezes tardiamente por se tratar do que podemos chamar de um transtorno invisível, que será mais observável no início ou não do período escolar. Alguns sinais podem ser identificados na pré-escola, no entanto se observa com mais evidências no início da aprendizagem da leitura, em que se torna mais evidente os problemas relacionados com a conscientização dos sons, reconhecimento de letras, de expressões verbais, de cópia.

Zorzi e Ciasca (2008), apontam que o processo de aprendizagem está diretamente relacionado com as condições estruturais e funcionais do sistema nervoso central, assim vimos que existem diferentes tipos de dislexia: dislexia fonológica, dislexia mista, que podem estar associadas as mais variadas disfunções de áreas corticais específicas.

No processo de aprendizagem da leitura, a dislexia interfere por ocasionar lentidão e intensa laboriosidade no sentido emocional, ainda pode proporcionar um déficit no reconhecimento e utilização rápida das palavras, assim como sua decodificação e compreensão. Diante disso, a criança disléxica não aprende a ler no tempo previsto, adequado, independentemente de sua inteligência ser normal e as condições de ensino atenderem suas necessidades. Vimos que a dislexia atinge não apenas ao aspecto educacional, mas também um aspecto amplo de expressões comportamentais. Algumas destas crianças superam as

dificuldade sem sequelas, através da reeducação multiterapêutica, embora suas causas não sofram alterações, outras crianças não tem o mesmo resultado.

A criança disléxica pode apresentar prejuízos emocionais devido aos constantes fracassos educacionais e sociais, mas estes prejuízos não é a causa da dislexia. Segundo Rubino (2008) o diagnóstico está intimamente ligado a uma apreciação subjetiva da criança, onde se busca definir a demarcação dos fatores que determinam as dificuldades específicas e as não específicas que afetam a aquisição da linguagem escrita, entendendo que o conceito de dislexia será imposto ao definir uma criança que enfrenta obstáculos no processo de aquisição da leitura e da escrita, embora possua condições necessárias para adquiri-las.

A falta do diagnóstico da dislexia provocam nas crianças disléxicas sérias dificuldades na aprendizagem, onde se tem como consequência e desmotivação e o abalo da auto estima. Por isso, é importante que professores e pais sejam incentivados a observar e considerar como sinais de alerta: a desatenção, lentidão na aprendizagem da leitura, desinteresse por livros, lentidão na atividade de escrita etc. Desta forma

“Na realização do diagnóstico deve-se utilizar procedimentos que possibilitem determinar o nível funcional da leitura, seu potencial e capacidade, a extensão da deficiência, as deficiências específicas na capacidade de leitura, a disfunção neuropsicológica, os fatores associados e as estratégias de desenvolvimento e recuperação para a melhoria do processamento neuropsicológico e para a integração das capacidades perceptivo-linguísticas. Deuschle (2009, p.197)

De acordo com Deuschle (2009) entendemos que alguns aspectos ainda devem ser considerados na elaboração do diagnóstico a exemplo do histórico familiar de dislexia, alterações na linguagem precocemente, ansiedade na realização de testes trocas de fonemas, entre outros.

Crianças disléxicas podem apresentar erros na leitura oral, déficits de compreensão leitora, por possuir dificuldade de memorização. Assim o profissional deve aplicar diferentes testes abordando variados aspectos como fonologia, letras, vocabulário e outros, por isso vimos que o tratamento não possuem um único enfoque. Partindo deste informação que o profissional fonoaudiólogo, por exemplo, necessita conhecer as habilidades e dificuldades da criança, para que possa orientar aos pais e professores as estratégias que visem o desenvolvimento das habilidades e funções da linguagem com o objetivo de superar os obstáculos cognitivos-linguísticos. Entretanto para se obter uma intervenção satisfatória é fundamental uma avaliação criteriosa e multidisciplinar com participação do neurologista, psicólogo, pedagogo,

fonoaudiólogo e o psicopedagogo que farão de forma específicas suas intervenções de acordo com as especialidades.

A intervenção do psicopedagogo capacitado para trabalhar com crianças disléxicas parte de um diagnóstico completo que possibilitará um planejamento e cronograma adequados para uso de estratégias de tratamento que deverá ser centrado na reeducação da leitura e escrita envolvendo todos seus aspectos.

CONCLUSÃO

As descrições e interpretações aqui apresentadas se fundamentam nas pesquisas realizadas como o objetivo de analisar e compreender a Dislexia e suas implicações no processo da aprendizagem. Assim, ao concluirmos este trabalho podemos contatar que a Dislexia não é uma doença, conceito a ela atribuído, pelo senso comum. Verificamos que uma criança portadora deste transtorno tem potencial intelectual suficiente para desenvolver as habilidades de leitura e escrita, atividades estas que sofrem interferência da Dislexia no processo de aquisição da linguagem. É sabido que em termos gerais o indivíduo disléxico não apresenta déficits de inteligência, o que ocorre em determinadas situações de compreensão é que, esta é prejudicada pela interferência sofrida no momento de uso da leitura.

Tendo em vista as considerações, entendemos que todo processo de desenvolvimento educacional de um indivíduo disléxico depende do esforço voltado a identificar a dislexia através de um diagnóstico precoce, embora seja difícil de ser concretizado em decorrência da difícil constatação deste transtorno nos primeiros anos de vida, que proporcionará ações e tratamento em tempo hábil, como também desenvolver um trabalho participativo entre professor, pais e escola em geral, buscar o tratamento com uma equipe multidisciplinar com profissionais específicos, aqui já mencionados. Neste contexto apontamos a trabalho do profissional psicopedagogo que terá como objetivo auxiliar a criança que apresente dificuldade de aprendizagem, conduzindo-a ao prazer das novas possibilidades de aquisição de conhecimento, uma vez que mesmo inserido no processo de Educação Inclusiva, o indivíduo disléxico, ainda sofre preconceito, causando assim uma maior dificuldade na superação deste transtorno por afetar sua alta estima.

Podemos acrescentar que o trabalho do Psicopedagogo é complexo e duradouro dentro do contexto da Dislexia, uma vez que além de utiliza-se de questões técnicas, buscando auxiliar a criança, este profissional ainda se depara na maioria das vezes com falta de conhecimento sobre o transtorno por parte não só da família, mas também professores e todos que compõe o

ambiente escolar que estão direta ou indiretamente incluídos neste contexto. No entanto com o desenvolvimento da difusão das informações entre todos os indivíduos e um trabalho cooperativo, o Psicopedagogo pode alcançar seus objetivos, enquanto profissional, atendendo as necessidades cognitivas da criança, possibilitando uma melhor qualidade no seu aprendizado, melhorando sua autoestima e conseqüentemente suas relações interpessoais no contexto escolar, familiar e emocional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONSECA, Vitor da, DISLEXIA, Cognição E Aprendizagem :Uma abordagem neuropsicológica das dificuldades da aprendizagem da leitura.<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script> – Acesso em 04 de Outubro de 2016.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

Fundamentos de metodologia científica / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm- Acesso em 05 de outubro de 2016-10-07.

Lei de Diretrizes e Base da Educação (1996).

SANTOS, Nathalia Fernanda Ribeiro dos. Educação Infantil no Brasil :O Paradigma entre o cuidar e o educar no centro infantil. <http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos> - Acesso em 05 de outubro de 2016

ZORZI, Jaime Luís. Ciasca, Sylvia Maria. Caracterização dos erros ortográficos em crianças com transtornos de aprendizagem. <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v10n3/v10n3a07> - Acesso em 04 de outubro de 2016.